



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 1

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2005

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e cinco, reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Tomada de posse de membros do Conselho Municipal de Segurança de Évora;**
- 2. Informação do Sr. Presidente da C.M.E. sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 3. Deliberação sobre a proposta da CME relativa ao projecto de alteração do Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Actividades Diversas previstas no Decreto-lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro, e no Decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro;**
- 4. Deliberação sobre a proposta da C.M.E. referente ao Contrato-Promessa a celebrar com a Auto-Industrial, S. A.;**
- 5. Deliberação sobre a proposta da CME respeitante à constituição de Direito de Superfície a favor da Associação «Cantinho dos Animais»;**
- 6. Deliberação sobre a proposta da CME para substituição do Relatório da Sociedade ROC que integrou a escritura de constituição da HABÉVORA, E. M.;**
- 7. Deliberação sobre a proposta da CME para transferência para a HABÉVORA, E. M. da Administração e Gestão do Património Habitacional do Município e do Património objecto do Programa PER;**
- 8. Deliberação sobre a proposta da CME para transferência de Verbas para a HABÉVORA, E. M. a título de suprimentos;**
- 9. Deliberação sobre a proposta da CME relativa aos empréstimos de curto prazo em 2005;**
- 10. Explicitação, por parte da CME, da deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 20.12.2003 sobre o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores Miguel Lima e Clara Grácio.

Nesta sessão registaram-se as seguintes presenças: Luís Capoulas Santos, Acácio Alferes, Carmen Balasteros, Francisco Pândega (em substituição de Mafalda Troncho), Carmen Cangarato (em substituição de Raimundo Cabral), Agostinho Asper Banha (em substituição de Rui Rosado) José Russo, José Luís Cardoso, Jorge Lourido, António Serrano, Celino Silva, Maria Augusta Pereira, João Andrade Santos, Paula Cristina de Deus (em substituição de Luís Carmelo), Maria Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro, António Ventura Ramos, Luís Pasadas, José Manuel Mateus, Baltazar Damas, Maria Luísa Baião, António Branco Filipe (em substituição de Vitor Santos), Isidoro Calado Piteira (em substituição de Estevão Bicho) Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, José Bravo Nico, Maria Gabriela Silva.

Foram registadas as ausências dos Sr(a)s. Maria Helena Quintas Zuber, José Palma Rita, Rui Grilo, Helena Teixeira da Silva, Isidro Lobo, António Russo, José Calado, João Rodrigues e Jerónimo Coelho Mendes.

Aberta a sessão, o **Sr. Presidente** propôs: “O primeiro ponto da agenda de hoje visa dar posse a dois novos membros do Conselho Municipal de Segurança, mas como antes terá que ocorrer o PAOD, que, regimentalmente, poderá ir até uma hora, ou mais, e para não prendermos por esse tempo os dois cidadãos que entendemos convidar para o exercício dessas funções, eu proponho que procedamos de imediato ao acto em causa”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Como ninguém se mostrou contrário à sugestão formulada, o **Sr. Presidente** chamou, primeiramente, o Sr. Padre Manuel da Silva Barros e, depois, o Sr. Dr. Vitor Hugo Nico Saruga para assinarem o respectivo termo.

Consumada a tomada de posse de ambos os munícipes, o **Sr. Presidente da Câmara** pronunciou-se: “Na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Segurança, quero dar as boas vindas aos novos membros e creio que o mesmo será, com certeza, prestigiado com a Vossa participação. Muito obrigado por terem aceite e desejo-lhes as melhores felicidades no desempenho dos cargos”.

Por sua vez, o **Sr. Dr. Vitor Saruga** afirmou: “É com muita honra que aceito este cargo e esforçar-me-ei por cumpri-lo da melhor maneira”.

Por seu turno, o **Sr. Padre Manuel Barros** declarou: “Agradeço o convite insistente que me foi dirigido para integrar este Conselho Municipal e saúdo todos os seus elementos constituintes. Auguro à Instituição e a toda a municipalidade as maiores venturas nos novos tempos político-sociais que temos pela frente. Com certeza que com o esforço de todos nós que este país vai passar a um Portugal de esperança e bem melhor. Pressagio à Assembleia Municipal hoje, e sempre, as maiores felicidades”.

O **Sr. Presidente** agradeceu então o empenho demonstrado pelas personalidades atrás descritas e as palavras por eles proferidas, dando depois início ao PAOD.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** lembrou que foram distribuídas as listagens da correspondência recebida, considerando que se deveria passar à discussão e votação dos projectos de actas.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O **Sr. Presidente** colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

Acta n.º 1 da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2005



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- N.º 4, DE 5, 7 E 8 DE JUNHO DE 2004

O **Sr. Jorge Lourido** chamou à atenção para o facto de não aparecer a indicação da presença dos Vereadores da CDU nas reuniões dos dias 7 e 8, solicitando que tal lapso fosse corrigido.

O **Sr. Presidente** deu indicação ao funcionário para proceder em conformidade, propondo que se efectuasse a votação do documento, com o aval de confiança que a correcção se iria processar.

Como ninguém se manifestou contrário à sugestão formulada pelo **Sr. Presidente**, o mesmo pôs à votação o projecto de acta em causa, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor e três abstenções.

- N.º 6, DE 29 DE OUTUBRO DE 2004

O **Sr. Presidente** teceu os seguintes comentários: “Temos aqui um caso, que, aliás, se repete na acta de 3 de Dezembro/04, que tem a ver com problemas técnicos com as gravações e temos de encontrar uma maneira de suprir isto, uma vez que uma parte do debate acabou por não ser reduzido a escrito, porque houve uma aparente falha no respectivo sistema. Portanto, nestas circunstâncias, eu peço às pessoas, cujas declarações acabaram por ficar ocultas, que façam o favor de se lembrarem de alguma coisa relativamente importante que achem que não deve deixar de ficar registado em acta, para que nos possa ser transmitido o resumo dessas intervenções. Penso que se trata duma fase da discussão em que falaram os Senhores José Cardoso e Celino Silva”.

Entretanto, o **Sr. Celino Silva** afirmou: “Julgo que são mais, dado que se explicita no documento que sou eu e os Senhores José Cardoso, Andrade Santos, Presidente da Câmara e Presidente da A. M.. Isto é muita coisa e nós não devemos correr estes riscos, sendo que eu não me lembro o que é que acrescentei àquilo que aqui está. Se calhar, seria da Mesa ver a hipótese de haver um gravador alternativo, para quando acabar a gravação da cassete 1, entrar outro em funcionamento a gravar a cassete 2. Talvez seja uma forma de resolver este problema”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Face ao exposto, o **Sr. Presidente** argumentou: “Pois, sem dúvida, para o futuro temos que encontrar uma solução alternativa, mas recorro que estamos aqui há 3 anos e é a primeira vez que isto acontece e algo de anormal se passa para ter sucedido duas vezes seguidas. Gostaria de tentar perceber se é o equipamento que está obsoleto ou se existe outra anomalia, esperando que situações destas não se repitam, porque são extremamente desagradáveis.

Relativamente a esta situação, que é, aparentemente, irreversível, quem pode supri-la é apenas quem interveio, sendo que, no que diz respeito a mim próprio, admito que não disse coisas de grande relevância, porque de contrário lembrar-me-ia disso. Querem um tempo para ponderar ou acham que estamos em condições para proceder à votação” ?

Em virtude de ninguém ter emitido opinião, o **Sr. Presidente** entendeu colocar à votação o documento em apreço, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor e seis abstenções.

- N.º 7, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2004

O **Sr. Presidente** exprimiu: “Neste caso, foi a parte final da alocução do representante da CCDDR e a fase inicial do depoimento do Sr. Andrade Santos, constantes na página 5, que não ficaram registadas. Estamos perante a mesma situação e apesar de não se tratar de alguma deliberação, é, de facto, lamentável”.

O **Sr. Andrade Santos** expressou seguidamente: “Eu reparei que haviam questões que eu tinha focado e que não aparecem nestas duas últimas actas, por manifesta razão física e, portanto, não vamos agora estar aqui a perder mais tempo com isso. Acabou! Não está não está, paciência”!

Consultado o Sr. Alvarenga, ele disse-me que a deficiência é capaz de não ser do aparelho, mas sim das cassetes utilizadas, devido ao seu uso. O que poderemos providenciar, desde já, é no sentido de os serviços de aprovisionamento adquirirem novas cassetes para a Assembleia”.

O **Sr. Presidente** colocou à votação o documento em causa, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e dez abstenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Continuando no período antes da Ordem do Dia, solicitou a palavra o **Sr. Deputado António Serrano** para declarar: “Quero partilhar dois factos com esta Assembleia, que considero extremamente relevantes para Évora, na medida em que poderão contribuir, (e irão contribuir disso estou certo) para uma alteração significativa da base económica e social do Concelho. Trata-se por um lado, do projecto do TGV e por outro, da nova empresa em vias de instalação em Évora na área da Aeronáutica.

Lembro que o Projecto TGV é neste momento irreversível. Estão em curso estudos de impacto ambiental, está garantida a possibilidade de construção da linha ferroviária para transporte de mercadorias, ligando Sines a Espanha passando por Évora, o que poderá transformar Évora numa plataforma logística importantíssima na ligação Lisboa-Madrid, com conexões Évora-Badajós. Isto só é possível graças ao empenho de muita gente: pessoas deste Conselho, desta Câmara Municipal, doutros Conselhos e doutras Câmaras que se associaram a esta ideia, e que lutaram para que Évora fosse uma estação do TGV. É também de realçar o papel da Junta da Estremadura que deu um forte empurrão a este projecto, lutou por ele em Espanha, tendo nós beneficiado desse empenho espanhol. Esperemos que o TGV seja uma prioridade deste governo e que a breve prazo, possa a AME estar a aprovar uma moção de congratulação pelo início das obras.

No que respeita à empresa na área da Aeronáutica, têm vindo a público notícias que apontam para a instalação desta empresa em Évora, nós estamos a acompanhar o processo com muita expectativa, já que se trata de seiscentos postos de trabalho altamente qualificados, o que pode contribuir para alterar a noção de empregabilidade da região. Julgo que poderá constituir uma oportunidade para os licenciados da nossa região, quer da Universidade de Évora, quer dos Politécnicos da Região Alentejo. Uma das garantias anunciada pela empresa é que 30% dos componentes são produzidos em Portugal sendo que destes uma parte significativa será produzido no Alentejo, naturalmente que este será um contributo para o valor acrescentado bruto da região. Penso que a Câmara está empenhada neste processo. A fábrica será instalada junto ao Aeródromo, na zona de expansão do Parque Industrial. A implantação deste projecto depende agora de uma assinatura do Dr. Miguel Cadilhe que lidera A Agência Portuguesa de Investimento. Esperemos que o processo tenha o melhor e mais rápido desenvolvimento e que também neste caso, possa a AME aprovar a breve prazo uma moção de Boas vindas a este investimento na nossa Região.

Neste momento é ainda difícil avaliar com precisão, todo o impacto que estes dois projectos poderão ter, mas constituem desde já um desafio, nomeadamente para as pessoas que estão ligadas ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Planeamento na CME, e desejem perspectivizar aquilo que podem ser novas oportunidades e novas áreas de desenvolvimento” Disse o Sr. Deputado António Serrano.

Ainda no período antes da Ordem do Dia, inscreveu-se para usar da palavra o **Senhor Deputado José Luís Cardoso**: “ Gostaria de lamentar que mais uma vez um Órgão de Comunicação Social – “O Público”- e o mesmo jornalista, pretendam atingir a Câmara através de um dos seus pares – no caso o Vereador Miguel Lima – com notícias completamente falsas. Foi atingido o Sr. Vereador Miguel Lima quando como Presidente do IPPAR produziu determinados despachos. Foi posteriormente desmentida a intervenção do Sr. Arquitecto Miguel Lima nessa situação, e esse desmentido acabou por constituir quase um processo de louvor. O que sobejou foi a intenção deliberada de actos menos claros, por parte de um mesmo jornalista e um mesmo Órgão de Comunicação Social, pela segunda vez num curto espaço de tempo. Neste último caso foi o próprio IPPAR que veio desmentir qualquer inquérito ou irregularidade na gestão do Sr. Vereador Miguel Lima enquanto dirigente regional do IPPAR.

O Partido Socialista pela primeira vez em 31 anos, conseguiu mobilizar o eleitorado com as suas propostas para que a esperança esteja de volta. quase tão importante como o 25 de Abril porque os Portugueses afastaram do seu governo uma política que em nada ficava a dever à de Salazar e Caetano. Relevante é o facto de todos nós termos dito não à continuidade de políticas anti-sociais. A esquerda é agora maioritária em Portugal e tenho a certeza que o Governo do Partido Socialista não se esquecerá disso. Tenho a esperança de que a votação massiva na esquerda em Portugal possa influenciar outros povos da Europa de forma a alterar a tendência neo-liberal e encontrarmos uma Europa que se preocupe mais com as pessoas e menos com os lucros. O Partido Socialista tem agora uma responsabilidade enorme, e eu acredito que vai governar para quem votou no seu projecto e para quem votou noutros projectos. Aguardemos que as forças à esquerda do Partido Socialista entendam que não é possível, em pouco tempo, remendar o que de tão mau foi feito neste país. Estes são os meus votos de esperança neste novo período que o dia 20 de Fevereiro abriu para Portugal.” Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

Procedeu em seguida, o **Sr. Deputado Jorge Lourido**, à apresentação de uma Moção de regozijo em relação aos resultados eleitorais de dia 20 de Fevereiro. Foram distribuídas cópias da mesma moção por todas as bancadas parlamentares, manifestando o Sr. Deputado Jorge Lourido a abertura do seu grupo político para respectiva discussão e eventuais ajustamentos de redacção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Após a leitura do texto da referida moção, o Sr. Deputado José Luís Cardoso pronunciou-se nos seguintes termos: “Penso que o Partido Socialista não se importa de aprovar esta moção com alterações ao texto. Penso que tem um conteúdo suficientemente profundo que deve ser lembrado ao Governo mas que tem uma redacção a carecer de aperfeiçoamento Sugiro então que o seu promotor se reúna com alguns elementos do PS e mais alguém que queira, por forma a chegarmos a um texto comum que possa ser aprovado pelo menos por estes dois partidos.” Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

De seguida, tomou a palavra o **S. Deputado Acácio Alferes** para acrescentar: “Estou de acordo com o meu camarada José Luís Cardoso, mas posso ser um pouco mais objectivo. Há aqui coisas que me parecem que deveriam ser esclarecidas, por exemplo quando se diz “uma verdadeira política de esquerda” eu escreveria “uma política que vá de encontro às necessidades do país e da região”. Depois há aqui uma serie de pontos que podem ser alvo de negociação, mas o que me parece que poderíamos exigir ao Governo de José Socrates, - e talvez não seja necessário fazê-lo - é que implemente as medidas que anunciou ao país e que mereceram da parte deste uma votação unânime. Porque dos pontos que aqui estão, alguns fazem já parte das medidas anunciadas outras não, e não seremos nós AME que vamos condicionar a acção do governo.” Concluiu o Sr. Deputado Acácio Alferes.

Nesta altura, o **Sr. Presidente da AME** anunciou que tendo chegado a sua vez para usar da palavra, sem querer abdicar da sua função de Presidente, mantinha simultaneamente a qualidade de membro da AME e também lhe assistia o direito de se pronunciar, direito esse que passou a exercer com a seguinte expressão: “ Quero ser muito claro. Eu jamais votarei esta moção porque não aceito, nem posso aceitar que um partido que tem 7% dos votos, apresente aqui o PS como um apêndice desta grande vitória da esquerda, e ainda por cima se arrogue o direito de pôs a AME a reclamar do governo que cumpra o programa com o qual se comprometeu, e que acaba de ser sufragado pelos Portugueses. Como se já não bastasse são aqui postas coisas que não estão no Programa e contra o qual o próprio candidato à chefia do governo já disse que não faria nesta legislatura , como é o caso da regionalização que disse que fará, por referendo na outra legislatura seguinte, depois de aprofundar ao longo desta, todo o processo de descentralização. Portanto, eu acho que esta moção, nos termos em que está, e sejam quais forem as modificações que lhe sejam introduzidas, terá sempre o meu voto absolutamente contra. Mais, acho que se alguém tinha alguma autoridade moral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

para trazer aqui uma moção parecida com esta era o Partido Socialista que revelou o máximo de bom senso ao não fazê-lo. Agora vir aqui com uma moção dizer que as grandes coisas que aconteceram nas eleições foi 1) uma maior afluência às urnas; 2) a derrota da direita; 3) o reforço da votação global e dos mandatos da CDU; 4) o reforço global das forças à esquerda do PSD; como se fosse isto o que de mais importante aconteceu. E acrescentar um dia depois que face a isto, face aquilo, accione-se desde já a clausula de salvaguarda dos têxteis, quando toda a gente sabe que isso só pode ser accionado no âmbito de um processo de unanimidade da União Europeia, e que é uma bomba atómica que pode e deve ser utilizada mas só no momento próprio. Agora estar a dizer aqui ao governo deve fazer isto, já!... enfim, caros colegas estamos num debate político em que cada um deve expressar com toda a clareza o seu ponto de vista, mas da minha parte apresentação desta moção só pode ter uma resposta que é um voto absolutamente contra, sem nenhum tipo de negociação, sem nenhum tipo de harmonização de texto, porque não se justifica de forma nenhuma.” Explicitou o Sr. Presidente da AME.

Usou então da palavra o **Sr. Deputado António Serrano** que declarou: “Gostaria de me pronunciar na mesma linha porque não faz qualquer sentido a bancada do PS aprovar uma moção deste género. O PS teve o bom senso de não vir aqui mostrar-se numa posição que seria encarada como ostensiva, congratulando-se com os grandes resultados obtidos nas eleições – e foram grandes os resultados, como nunca aconteceu em 30 anos de democracia -. Não faz agora sentido revermo-nos numa proposta que é legítima, do interesse da bancada da CDU, mas na qual, de facto, não nos revemos. Procura-se aqui condicionar a nossa acção, quer aqui, quer ao nível governamental. Por isso, por muitas alterações que possamos aqui introduzir, só estaríamos a destorcer completamente as intenções da CDU e a não corresponder a nenhum interesse da nossa bancada. Assim, eu votarei contra esta versão, ou qualquer outra que venha a ser elaborada.” Concluiu o Sr. Deputado António Serrano.

O **Sr. Jorge Lourido** usou da palavra para explicitar: “Em primeiro lugar, há nesta moção uma clara felicitação pela vitória com maioria absoluta por parte do PS. Em segundo lugar, o conjunto de pontos que aqui referimos, com algum acrescentamento no que diz respeito ao quadro da União Europeia, são aqueles que votamos na sessão anterior da AME, aquando da suspensão da Assembleia da República por parte do Sr. Presidente da República. Assim sendo a bancada da CDU entende que deve sujeitar, na mesma, esta moção à votação. Estaríamos dispostos a verificar um ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

outro ponto, mas sendo a opinião da maioria contrária a isso, mantemos o texto tal como está.” Referiu o Sr. Deputado Jorge Lourido.

Colocou então o **Sr. Presidente** esta moção à votação tendo a mesma sido rejeitada com oito votos a favor (da CDU), oito abstenções (4 do PS, 3 da CDU e 1 do PSD) e quinze votos contra (do PS).

Moção número dois

O **Sr. Presidente da AME** propôs que fosse retomada a discussão de uma moção apresentada em sessão anterior sobre “solidariedade com a luta de trabalhadores da Tyco”. Por ter sido, então, esgotado o tempo no Período Antes da Ordem do Dia, a discussão e votação desta moção não foi concluída. Assim, o Sr. Presidente solicitou à sua primeira subscritora, a Sr.^a Deputada Maria Helena Costa, que retomasse o debate no ponto em que foi interrompido. Antes de voltar a ler o texto da moção, que se anexa a esta acta, a Sr.^a Deputada Helena Costa disse: “Justifica-se trazer novamente aqui esta moção porque o clima social no interior desta empresa está cada vez pior. Quando nós apresentamos esta moção pela primeira vez, os delegados sindicais estavam suspensos; neste momento, depois de terem passado por um processo disciplinar, cinco sindicalistas foram despedidos. Nesta sequência, um deles está a braços com graves problemas de saúde, hospitalizado, vítima de um enfarte. Contacto diariamente com pessoas que me falam do clima de terror que ali se vive. Nem antes do 25 de abril as coisas se passaram assim. Ainda recentemente um trabalhador, vítima de um acidente de trabalho que lhe queimou uns dedos, recebeu como resposta da parte do administrador que ficasse na empresa mesmo sem fazer nada, mas que não fosse para o seguro.

Ainda há pouco, o Sr. Deputado António serrano falou da possibilidade de novas empresas se instalarem no Concelho de Évora. Claro que são bem vindas essas empresas, mas é importante que respeitem os direitos e regalias dos trabalhadores. No caso da Tyco, isso não acontece. O clima é de repressão. Se um trabalhador adere a uma greve ou se manifesta de qualquer outra forma, é mudado de turno, prejudicado no salário, chamado a sair da empresa. Num país democrático como queremos que este seja, e acreditamos que é, esta situação não pode continuar impune. Acho que poderemos tomar aqui a decisão de pedir uma reunião com a empresa.” Concluiu a Sr.^a Deputada Helena Costa.

O **Sr. Deputado Baltazar Damas** interveio para acrescentar o seguinte: “A Assembleia Municipal não pode deixar passar este assunto em claro. A Sr.^a. Deputada municipal que me antecedeu disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que estes trabalhadores tiveram notas de culpa. Eu diria que estes trabalhadores foram julgados no interior da empresa e postos na rua. Quando chegamos ao ponto de se despedirem trabalhadores delegados sindicais, algo está errado, segundo a perspectiva do livre direito os trabalhadores se organizarem e defenderem o estabelecido nos seus acordos colectivos de trabalho. Como membros políticos deste Órgão, a nossa preocupação deve ser a de zelar para que as coisas não ultrapassem a medida do razoável. Nós temos responsabilidades, e sendo esta uma empresa que emprega uns milhares de trabalhadores, devemos ir junto desta empresa procurar a realidade dos factos, e eventualmente chamar a atenção, ou recomendar aos responsáveis do Conselho da Administração da Tyco, mais cuidado na aplicação razoável dos direitos e deveres dos trabalhadores. Penso que deveríamos ver o vídeo a que na sessão anterior fiz referência, e deveríamos apurar qual é a postura em relação ao futuro, já que agora não basta dizer que foram os trabalhadores que criaram este clima e que por isso podemos abandonar por aqui”. Disse O Sr. Deputado Baltazar Damas.

O **Sr. Deputado António Serrano** expressou em seguida a sua opinião: “Gostaria de lembrar que estamos no quadro de um órgão político Municipal, que é a AME. Vivemos numa economia de mercado onde não há intervencionismo directo do estado, nem dos órgãos autárquicos na vida das empresas, mas onde existem tribunais, sindicatos, inspecção de trabalho, que desempenham muito bem os seus papeis. Não cabe nem à Assembleia Municipal, nem à Câmara Municipal, imiscuir-se na vida das empresas, por muitos problemas que possam aí existir. Não nos podemos substituir aos actores que no terreno têm essas capacidades. Pelo que, na minha opinião, não faz qualquer sentido uma Assembleia Municipal pronunciar-se sobre esta matéria. O que está em causa é uma questão de princípio, porque a Assembleia Municipal a meter-se na vida desta empresa, vai ter que saber da vida de todas as empresas do Concelho. Porque não será certamente apenas nesta empresa que haverá problemas. Vamos junto de todas as outras? Vamos junto do sector público? E encontraremos certamente muitos problemas de violação de direitos dos funcionários em várias áreas! É esse o nosso papel? Naturalmente que se esta Assembleia for confrontada com um abaixo assinado de centenas de empregados da Tyco, dando-nos conta de uma serie de acções desenvolvidas sem sucesso, aí a AME poderá ter alguma posição, mas para além disso não pode ir. Não faz parte das regras democráticas, nem das regras do sistema económico em que vivemos. Por muito que nos custe assistir a situações injustas, mas para isso há mecanismos legais que neste caso estão accionados. Por tudo isto, eu, e penso que a bancada do PS, vamos votar contra esta moção.” Disse o Sr. Deputado António Serrano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Chamando a atenção para a previsível necessidade de prolongar o tempo do período antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou a palavra ao **Sr. Deputado João Valverde** que se pronunciou assim: “ Eu acho que os sindicatos têm que fazer nesta empresa um grande trabalho, tanto junto dos trabalhadores como do patronato. O sindicato não pode ter medo do patronato, tem que ir junto dele não para brigar, mas sim para conciliar. É necessário fazer ver ao patronato que o trabalhador andando de boa vontade produz mais. O sindicato tem de ser inteligente, e fazer muito mais trabalho, para que saiam todos a ganhar, os trabalhador e o patronato, tendo a seu favor a lei que protege a segurança no trabalho.

Por outro lado, a Assembleia Municipal também tem alguma coisa a ver com este assunto; porque somos o poder local, e por essa razão temos a ver com tudo o que se passa no concelho. Interessa agora perceber se ao intervirmos vamos fazer melhor ou vamos piorar as coisas, é isso que temos que ter em conta, e ser muito cautelosos.” Disse o Sr. Deputado João Valverde.

Nesta altura, o **Sr. Presidente da AME** pôs à votação o prolongamento deste Período da Ordem do Dia, até ao limite de uma hora, nos termos do art.33, nº1 do Regimento desta Assembleia, tendo o mesmo sido aprovado por doze votos a favor, oito abstenções e oito votos contra.

Na sequência desta votação, e retomando a discussão da moção em apreço, tomou a palavra o **Sr. Deputado Baltazar Damas** : “ Penso que João Valverde acabou de clarificar algumas coisas. Mas, considero importante que cada membro desta Assembleia fale por si, não podendo, mesmo no caso de estar integrado numa bancada política, no meu caso do PS, indiciar o que os outros pensam. Lamento que António Serrano tenha há pouco indiciado o sentido da bancada. Concordo com ele quando diz que não nos devemos imiscuir no trabalho das empresas. Mas podemos, e devemos, chamar a atenção das empresas aqui instaladas para a forma como desenvolvem a sua actividade, na medida em que possam estar a contribuir negativamente para a componente social. Se é um direito e um dever dos dirigentes sindicais, e das comissões de trabalhadores intersindicais, resolverem os problemas nos locais certos, também é verdade que nós, do ponto de vista político, temos obrigação de conhecer o clima laboral já que este tem grandes reflexos no exterior e na qualidade de vida do concelho.

Na minha opinião, o texto da moção apresentada contem alguns aspectos pontuais que não são relevantes e que poderão ser revistos, mas não podemos é alhear-nos do que se está a passar. Porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

quando uma empresa chega ao ponto de despedir dirigentes sindicais, algo vai mal. Cabe-nos estar atentos aos impactos disso no concelho”. Disse o Sr. Deputado Baltazar Damas.

De seguida, usou da palavra o **Sr. Deputado Celino Silva**, dirigindo-se ao Sr. Presidente: “Já muito foi dito. Eu estou de acordo com algumas notas de Baltazar Damas e João Valverde, e estou em desacordo com a intervenção de António Serrano. Isto, porque, quando se diz que estamos numa economia de mercado e que como tal não devemos intervir nas questões das empresas, pergunto como compaginar isso com o facto do Estado entregar muitas dezenas de milhares de contos a estas empresas? Muitas vezes este dinheiro é destinado à formação profissional, e, as mesmas empresas podem decidir não fazer-la... Onde é que está a economia de mercado? Com estas empresas a pressionar o Estado e a Assembleia da República para que seja aprovada legislação que lhes seja favorável e desfavorável para os trabalhadores? Isso não é economia de mercado. Isso é intervenção política das empresas, e dos lobies empresariais, a tentarem que os poderes políticos estejam ao seu serviço. Quando o António Serrano diz que então teríamos que intervir em todo o lado, eu diria que temos de facto que intervir em todos os pontos e áreas onde se considere importante, tendo em conta aquilo que já aqui foi referido como impactos sociais, ou qualidade de vida no concelho. Pelo que eu acho que sim, que se deve chamar a atenção desta empresa. Poderá ser uma comissão da AME para acompanhar este assunto. De facto, o despedimento de dirigentes sindicais ou o impedimento da actividade sindical livre dentro de uma empresa, ou de um serviço público, é algo só equiparável à situação vivida antes do 25 de Abril. Penso que devemos encarar este assunto como algo de sério, e muito próximo de nós.” Disse o Sr. Deputado Celino Silva.

Tomou então a palavra o **Sr. Deputado José Luís Cardoso**: “Sinto-me um pouco confuso com algumas das posições aqui tomadas. Quando aqui se referiu que é este o campo de actuação dos sindicatos, pergunto, se os sindicalistas foram despedidos por esta empresa, como é que os sindicatos actuam? Onde estão os defensores dos trabalhadores? Onde está quem denuncie as situações expostas na moção em apreço?

Exponho ainda outro aspecto do problema: Fui informado, por Baltazar Damas, que a Inspecção do Trabalho, um órgão dependente do Estado, tentou visitar a empresa. Ter-lhe-á sido impedido o acesso aos locais da empresa em que estão instalados os sistemas de controlo dos trabalhadores por câmara de vídeo. Pergunto o que fez a Inspecção do Trabalho?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Quanto ao tipo de intervenção que a AME deve ter, não me encontro em condições de dizer. Mas volto a perguntar se não será de solicitar à Inspeção do Trabalho que traga ao nosso conhecimento o relatório da inspeção que fez a esta empresa? E que com base nessa informação a AME possa dar algum seguimento ao assunto? É que esta é uma situação tão complexa como grave. Por isso, não sei exactamente quem tem de intervir, mas alguém vai ter de o fazer.” Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

Voltou a usar da palavra a **Sr.ª Deputada Helena Costa**: “Gostaria de clarificar que o tribunal não se pronunciou pela legalidade dos despedimentos dos trabalhadores e delegados sindicais. O que aconteceu foi um pedido de providência cautelar, no sentido de permitir que os trabalhadores voltassem ao seu local de trabalho até à decisão da legalidade ou ilegalidade dos despedimentos. Em respostas a esse pedido o tribunal achou que as relações tinham atingido um tal ponto que seria preferível os trabalhadores ficarem a aguardar essa decisão fora da empresa. Como Baltazar Damas já aqui referiu estes processos começaram há já algum tempo. Começou com a oferta de verbas para a rescisão de contrato e como todos eles recusaram, seguiram-se perseguições que terminaram em processos disciplinares e ditaram os despedimentos. Só para que todos tenham uma ideia clara do que aquela empresa pretende fazer, informo-vos do seguinte paradoxo: Já depois de despedidos, estes trabalhadores foram de novo chamados a assinar a rescisão do seu contrato a troco de dinheiro. Ficou claro para todos que esta empresa quer à viva força afastar o sindicato dali. E podemos até dizer que o conseguiram. Estão cinco sindicalistas cá fora. Mais, para que se compreenda o clima que ali se vive, saibam que quando a CDU foi fazer propaganda política à porta daquela empresa, a administração chamou a polícia, na sequência do que a CDU teve de recorrer à Comissão Nacional de Eleições.

Eu que trabalhei naquela empresa 23 anos, com os Alemães que são duros no trabalho, nunca vi situações como as que agora se vivem. É que agora são coisas monstruosas! É um controlo muito apertado das idas à casa de banho. É a constatação junto dos inspectores de trabalho, com quem reunimos por vezes, de que a administração da Tyco ameaça a própria inspecção com a retirada da empresa. É a situação de quem adere a uma greve, ou participa nos plenários preparatórios que vê imediatamente registado o seu número pela chefia. Uma vez consumada a participação no plenário ou na greve, é de seguida chamado individualmente. O que lhes é proposto é que saiam com carta de despedimento que lhes dá acesso ao subsídio de desemprego, ou caso recusem sairão sem isso. Isto é dito claramente. E os trabalhadores queixam-se. Mas se nós, representantes do concelho sabemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

disto, das consequências sociais que começam a manifestar-se, porque os trabalhadores vão para casa em condições psicológicas degradadas, e decidirmos nada fazer, estaremos a compactuar com o agravamento social do nosso concelho. Assistimos ao desinteresse do governo cessante; ao medo dos organismos competentes; à recusa de denuncia no Diário do Sul, já que a Tyco até publica ali um ou outro anúncio; assistimos à impunidade no nosso Concelho.” Disse a Sr.^a Deputada Maria Helena Costa.

Seguiu-se uma intervenção do **Sr. Deputado Bravo Nico** : “Esta questão que nos surge aqui pela primeira vez a 18 de Dezembro de 2004, que mereceu nessa altura uma reflexão e um debate bastante pormenorizado, ainda que sem votação da moção então apresentada pelos eleitos da CDU, é uma situação que merece da nossa parte bastante atenção, mas também alguns cuidados no seu tratamento. A empresa em causa é talvez a empresa mais estruturante do Concelho de Évora. Por isso este assunto importante. No entanto até ao momento eu como Deputado não disponho de nenhum conhecimento formal dos eventuais factos que se passam naquela empresa, sem com isto por em causa os depoimentos aqui apresentados. A inexistência desses elementos formais não me permitem tomar nenhuma decisão, pese embora toda a minha preocupação com a situação. Tome-se o exemplo do ruído que incomodava alguns moradores da nossa cidade, foram os mesmos que se deslocaram à Assembleia Municipal e desencadearam o processo com a nossa tomada de posição. Muitos outros exemplos poderiam ser citados. Neste caso não acontece assim. Deve, perante a ausência de elementos formais de informação sobre o assunto, esta Assembleia suscitar uma reunião com a empresa como já aqui foi proposto? A meu ver, isso será um mau precedente, porque assim poderíamos passar a convocar qualquer empresa, a propósito de um qualquer problema de que algum de nós tivesse ouvido falar, sem outro critério. Seria errado. Por tudo isto, em consciência, eu não posso aprovar esta moção da CDU, mesmo sabendo que se estará a passar algo grave no seio de uma empresa de Évora.” Disse o Sr. Deputado Bravo Nico.

O **Sr. Deputado João Andrade Santos** expressou a sua posição: “Eu penso que o Município tem o direito de ponderar e pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam os munícipes, os seus direitos, liberdades e garantias. Penso também que a essência da democracia passa por assegurar que o poder político, nas suas mais diversas formas, não se subordina ao poder económico. Considero esta uma regra de base. Causa-me uma impressão penosa, recordar argumentos que foram apresentados já em Dezembro, quando se perguntava se não haveria uma entidade reconhecidamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

competente na matéria, que nos comunicasse a gravidade da situação. Agora temos conhecimento dos despedimentos. Mas, pelos vistos, ainda não chega. Só não chega porque é o mais fraco que está a ser espezinhado! Pelos vistos, a Inspeção Geral do trabalho desloca-se à empresa e fica á porta de determinados factos. É a entidade competente mas tem o braço curto. Quanto aos Órgãos de Comunicação do nosso Concelho, perante o despedimento de delegados sindicais, nem sequer informam. Afigura-se-me que este é um conjunto de factos já pesados. Ou seja, muita gente começa a saber que há situações graves, mas todos se cortam quanto a uma tomada de posição, mesmo que seja só para lhes dar divulgação. Parece-me tratar-se do início de um processo que em termos cívicos se pode traduzir por gangrena, o que é muito mau. Portanto, temos aqui dados mais do que suficientes. Se alguns de nós não sabem, posso sempre lembrar-lhes que foram alertados a 18 de Dezembro; se quisessem saber, se a questão os sensibilizasse teriam procurado informar-se. Quanto a mim, comungo das preocupações de quem considera que uma empresa importante não deve ser tratada levianamente pelas nossas instituições. Mas também comungo das preocupações dos que classificam esta situação como grave. É grave quando há trabalhadores que estão a ser privados dos seus direitos, quando o exercício da liberdade sindical começa a traduzir-se em despedimentos, e quando os eleitos do povo se calam!

Perante esta situação que é grave, a Assembleia Municipal se quiser pode pronunciar-se. Também pode, se assim o decidir, criar aqui uma comissão para que, sem agressão à empresa, discretamente, investigue os factos; ouvindo trabalhadores, ouvindo sindicalistas, solicitando o relatório da Inspeção Geral de Trabalho, e propondo, eventualmente, numa próxima sessão outras decisões. Por fim, como terceira opção, a Assembleia Municipal pode ficar quieta e calada. Para esta última opção, não estou francamente disponível, depois de ter vivido trinta anos em ditadura.” Concluiu o Sr. Deputado João Andrade Santos.

O **Sr. Deputado Carlos Percheiro**, foi o orador que se seguiu: “ Em nenhum momento desta moção se põe em causa a importância que a empresa Tyco tem Évora, na região, e eu diria mesmo no país tendo em conta o contexto actual. É dado conhecimento de algumas atitudes, que eu muito dificilmente qualificaria de medidas de gestão, por parte da administração de uma empresa e concretamente de um administrador. Também eu julgo que esta Assembleia não se deve imiscuir na vida interna das empresas. Mas parece-me, igualmente, que não está impedida de manifestar solidariedade para com aqueles que se consideram vítimas das referidas atitudes, como esta moção aponta. Se, o que aqui é de alguma forma denunciado, não corresponder à verdade, também a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

administração da Tyco tem o direito de fazer chegar a este Órgão aquilo que entenda como conveniente para clarificar a situação em apreço. Como já aqui foi referenciada uma reunião com a Câmara Municipal de Évora, e no sentido de uma maior clarificação, eu permitir-me-ia solicitar ao Sr. Presidente da CME que, caso fosse possível, nos desse conhecimento daquilo que, nesta matéria, também tenha por oportuno.” Agradeceu o Sr. Deputado Carlos Percheiro.

Tendo, o **Sr. Deputado José Russo**, prescindido da sua vez para tomar a palavra, o Sr. Presidente informou que ele próprio se seguia na ordem de inscrição, pronunciando-se nos seguintes termos: “Meus caros amigos, este é um Órgão político. Todos nós somos políticos. Estamos a discutir uma moção, e nos termos em que ela surge eu não poderei aprová-la. Mas, também não aceito que me digam que ao rejeitar esta moção estou do lado errado, ou que estou feito com a reacção. Isso é um logro em que não podemos cair, sob pena de estarmos a actuar contra os trabalhadores da Tyco, que todos nós queremos defender. Não existem aqui defensores dos trabalhadores e carrascos dos trabalhadores. Eu estou disponível como membro desta Assembleia, enquanto cidadão, para contribuir para a normalização da situação laboral naquela empresa, prosseguindo no respeito pelos direitos dos trabalhadores, nos termos definidos pela legislação e pela Constituição Portuguesa. Estou aqui para isso; não estou aqui para servir de joguete numa estratégia política que é legítima mas não é minha, nem se identifica com os valores que eu defendo. Parece-me importante manter aqui presente exactamente o que cada um de nós quer defender. Se há aqui pessoas que entendem que a melhor maneira de defender a Tyco e os trabalhadores é aprovar esta moção, estão no seu direito, mas eu também tenho o direito de não considerar assim, e por isso não estarei desse lado, sem que por isso seja menos interessado na defesa desta causa. Todos temos o direito às nossas posições, há ainda bastantes inscritos, mas chamo à atenção de que o que estamos a discutir é este documento, e não as opiniões de cada um sobre este problema importante.” Terminou o Sr. Presidente.

Logo de seguida, o Sr. Presidente passou a palavra à **Sr.ª Deputada Maria Augusta Pereira** que declarou que tudo o que tinha a dizer tinha entretanto sido dito.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. Deputado José Luís Cardoso: “Concordo com o que disse Capoulas Santos. Estamos de facto a fugir do documento, que em si contém uma posição vaga sobre uma situação de uma empresa, pelo que estamos perante um e só um dos lados. Gostaria que ninguém aqui, duvide que a minha postura é ao lado dos trabalhadores desta empresa. A minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

sugestão é a de que esta moção hoje não seja votada e, que no período de tempo que nos separa da próxima Assembleia, até Março próximo, se obtenham os dados concretos das duas partes e ainda da Inspeção do Trabalho. O Sr. Presidente desta Assembleia, com a sua postura e capacidade política, conseguirá, sem qualquer dificuldade, apurar em conversas informais, esses dados concretos que poderá depois enviar a Órgãos que efectivamente possam agir. Porque, reconheço que é perigoso que uma moção com este texto seja aprovada, sem outras informações, e sem sequer termos nota da intervenção dos outros Órgãos, directamente implicados na situação concreta.” Disse O Sr. Deputado José Luís Cardoso.

O **Sr. Deputado Bravo Nico** retomou, em seguida o uso da palavra: “ Na sua intervenção o Sr. Deputado Andrade Santos referiu, a dada altura, que a posição que aqui estávamos a expressar, seria algo leviana e inadequada à defesa dos trabalhadores, usando o termo gangrena para classificar o que aqui está configurado. A minha intervenção é agora suscitada por essa declaração, já que não admito, obviamente, que nos digam que as nossas posições são levianas. Leviana, poderia eventualmente ser, a posição da bancada da CDU, que dois meses depois de ter apresentado esta moção, e depois dos inúmeros desenvolvimentos que aqui foram referidos, repõe a mesma moção, com o mesmo conteúdo. Se há aqui algo de leviano, não é a posição de quem quer assegurar o máximo de seriedade e respeito pelas normas legais e pelo Estado de direito, já que mais importante do que estar de um ou de outro lado, é estar do lado do direito. Para isso necessitamos de factos, e aqui não os temos. Em trinta anos de Democracia, o Direito é o valor mais importante que nos norteia. É esse respeito pelo Direito, que é de todos, dos trabalhadores e das empresas, que nos impede de nos pronunciarmos a favor do conteúdo desta moção. O objectivo desta moção é pressionar uma empresa a reagir a uma deliberação da AME com base em zero factos. Não é esta, na minha opinião, a melhor maneira de defender os direitos dos trabalhadores da Tyco ou qualquer outros, ou os direitos das empresas localizadas no Concelho de Évora. Assim, pretendo deixar claro que respeito as preocupações aqui manifestadas pelos Srs. Deputados Helena Costa e Baltazar Damas, mas considero que esta moção deve ser posta à votação, e deve ser rejeitada, por corresponder a uma forma inadequada, ineficaz e não conforme o Estado de Direito, de defender todas as partes, incluindo a própria Assembleia Municipal.” Concluiu o Sr. Deputado Bravo Nico.

Pronunciou-se então o **Sr. Deputado Acácio Alferes**: “ Gostaria de dizer que me revejo na intervenção do Sr. Presidente da Mesa, Capoulas Santos. Gostaria, no entanto, de acrescentar que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

quando há pouco, o Dr. Andrade Santos referiu que toda a gente sabe que há situações graves mas toda a gente se corta, alvitrando depois que só não sabe quem não se interessa pelo assunto, eu me incluo na gente, mas não na gente toda. Porque eu me interessei e não consegui confirmação nem desmentido de alguma informação. Resulta claro que, se a Inspeção Geral do Trabalho encontra vedado o acesso a certas áreas, não me será a mim, membro da Assembleia Municipal que será cedida toda a facilidade para conhecimento do que de facto se passa. É claro que tenho falado informalmente com várias pessoas, e devo dizer que tenho obtido versões não coincidentes. Face a isto, enquanto membro desta Assembleia Municipal, em consciência, em defesa da dignidade deste Órgão e da minha própria, não dispondo de conhecimento objectivo dos factos, vou abster-me na votação desta moção.” Disse o Sr. Deputado Acácio Alferes.

Foi cedida a palavra ao **Sr. Deputado Francisco Pândega**, que assim se expressou: “ Quanto a mim, estamos perante um problema muito complexo. Devido à minha forma de estar na vida tenho uma visão um pouco diferente das aqui apresentadas. Sou membro da Assembleia Municipal, e nessa qualidade, entendo que a mesma não se deve imiscuir neste problema. Como trabalhador rural que já fui, ao serviço de outros, passei as passinhas do Algarve e quando me apertavam os calos, se não me convinha ia-me embora. Como empregador que hoje sou, julgo-me incapaz de tratar mal, seja de que forma for as pessoas que comigo trabalham. Mas intervenho aqui, só para dizer a esta Assembleia o quanto lamento que estejamos num país e numa região, onde que trabalhadores que sofrem todas aquelas vicissitudes, não possam bater com a porta e ir embora. Como homens não podem suportar tais circunstâncias mas não têm alternativas. Daí a urgência de construir alternativas, de desbloquear o Alentejo. Apliquemos nisso as nossas energias e não nos metamos neste tipo de problemas laborais que não são da nossa conta.” Disse o Sr. Deputado Francisco Pândega.

Seguiu-se nova intervenção do **Sr. Deputado Celino Silva** : “Estamos perante uma moção que relata uma situação concreta na Tyco. Temos testemunhos nesta Assembleia de pessoas que são conhecedoras. Os Senhores podem não estar de acordo com esta moção, mas então eu pergunto o que é que propõem? Independentemente do texto da moção, nós já aqui propusemos a criação de uma comissão que vá falar com a Inspeção de Trabalho, com os trabalhadores, e que aqui volte a ponderar o assunto. Qual é a vossa posição? Se não houver da vossa parte nenhuma abertura, nós mantemos a moção.” Disse o Sr. Deputado Celino Silva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Deputado João Valverde** voltou também a intervir: “Quero dizer que eu trabalhei muitos anos com o Ministério do Trabalho, em representação do Sindicato da Construção Civil, Mármore e Madeira. Eram tempos diferentes, mas nem por isso melhores que os de hoje. À luz da minha experiência passada, acho que, nesta altura, era interessante criar um grupo de trabalho que fizesse diligências junto da Inspeção de Trabalho, junto dos sindicatos, dos trabalhadores; tentar explicar a preocupação da AME, sem tomar posições muito rijas, e tentando descobrir o que se poderá ganhar. Só depois disso, no caso de não encontrarmos mais solução nenhuma, poderíamos fazer uma moção que reunisse consenso de todos.” Concluiu O Sr. Deputado João Valverde.

O **Sr. Deputado Baltazar Damas** assumiu a intervenção seguinte: “ Constatando que aqui todos estamos preocupados com esta situação na Tyco, sugiro à Sr.^a Deputada Helena Costa que retire a moção, e tentemos encontrar uma forma de oficializar esta empresa, manifestando estas mesmas preocupações aqui expressas. Posso explicar aos meus camaradas Bravo Nico e António Serrano que só aqui não está a Comissão de Trabalhadores para evitar um cenário mais dramático. Os trabalhadores e dirigentes que estavam dispostos a vir aqui, confiaram na Helena Costa para apresentar a moção, e em mim próprio para a apoiar, e por isso se dispensaram de atitudes mais espectaculares e menos adequadas ao nosso tempo. Por isso, a expressão das nossas preocupações, deve ser apresentada face ao clima que se desenvolve na Tyco e face a possíveis impactos sociais graves, no contexto geral do Concelho. Poderíamos também solicitar à empresa que nos desse a sua posição ou ponto da situação, tendo em conta o conjunto de informações e comentários que circulam. Os Sindicatos juntariam também dados concretos, com situações objectivas e declarações precisas de trabalhadores. Aí estaríamos em condições de criar um grupo que estude a situação, permitindo que em sessão futura desta Assembleia seja possível tomar uma posição. Orientar-nos-ia a preocupação constante, de que a empresa não se possa servir de tudo isto para fundamentar um eventual abandono do local onde está instalada”. Disse o Sr. Deputado Baltazar Damas.

O **Sr. Deputado José Luís Cardoso** teve ainda oportunidade de propor: “ No sentido de evitar a votação da moção apresentada proponho que a Sr.^a Deputada Helena Costa a retire e possa o Sr. Presidente desenvolver os contactos que entender como convenientes, no sentido de trazer à próxima Assembleia a informação que colheu. Isto, porque qualquer votação desta moção, nesta Assembleia vai evidenciar uma rotura que não beneficia nem os trabalhadores, nem uma eventual unidade que possa suportar o início de um processo futuro.” Explicitou o Sr. Deputado José Luís Cardoso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Foi concedida a palavra à **Sr.ª Deputada Helena Costa**: “ Aceito retirar esta moção, se for aqui assumido o compromisso de constituir um grupo de trabalho para analisar e acompanhar a situação.” Declarou a Sr.ª Deputada Helena Costa.

O **Sr. Presidente** chamou a atenção para o facto de estar a esgotar-se o tempo do prolongamento deste período Antes da Ordem do Dia, pelo que apenas restava a hipótese de votar ou retirar a Moção, sem ser possível iniciar nova discussão sobre as condições dessa retirada.

Solicitou ainda a palavra o **Sr. Deputado Jorge Lourido**: “ Só para dizer que a bancada da CDU concorda no geral com a proposta do Sr. Deputado José Luís Cardoso, acrescentando que a Mesa da Assembleia, enquanto Órgão, possa tomar nas suas mãos as referidas diligências, recorrendo eventualmente ao contributo de mais algum elemento da Assembleia, caso assim o entenda”. Disse O Sr. Deputado Jorge Lourido.

O **Sr. Deputado Bravo Nico**, com a recomendação de brevidade do Sr. Presidente, explicitou: “ Em nome da bancada do PS, e atendendo à inexistência de contactos formais entre os legítimos representantes dos trabalhadores e este Órgão, bem como à necessidade de salvaguardar os direitos dos trabalhadores, entendemos que no caso de esta Moção não vir a ser retirada, deve ser alvo de deliberação e o nosso voto será contrário”. Disse o Sr. Deputado Bravo Nico.

Passou-se então à votação desta moção de solidariedade para com os trabalhadores da Tyco, tendo a mesma sido rejeitada por dez votos contra, oito votos a favor, e três abstenções.

O **Sr. Deputado Bravo Nico** fez a seguinte declaração de voto: “Votei contra o conteúdo desta moção, atendendo ao facto deste conteúdo se apresentar inalterado desde há dois meses atrás, atendendo à ausência de contactos formais entre os trabalhadores, ou os seus representantes, e este Órgão. Fi-lo na defesa dos direitos dos trabalhadores que entendo deverem ser tratados com a dignidade exigida por este tipo de processos.” Disse o Sr. Deputado Bravo Nico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Deputado José Luís Cardoso** proferiu também uma declaração de voto: “Lamento a posição tomada por esta Assembleia, uma vez que não deixou em aberto quaisquer alternativas para se conhecer a verdadeira situação na Tyco.” Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO DOIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA C.M.E. SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora** para apresentar a esta Assembleia as principais actividades do município neste período de Dezembro e Janeiro.

“Penso que estes dois meses e o volumoso conjunto de acções descritas no relatório que vos apresento, é representativo do grande esforço que a CME está a fazer para cumprir o seu programa e os seus objectivos. Tal só é possível porque há bons trabalhadores na CME, estando os seus serviços estão a funcionar muito bem.” Disse o Sr. Presidente da CME passando a destacar as seguintes iniciativas:

- Rota dos Sabores Tradicionais - iniciativa que vai no seu segundo ano, que se prolonga por cinco meses, envolve 28 restaurantes do nosso Concelho, estando pela primeira vez duas freguesias rurais representadas, concretamente Azaruja e Valverde.
- Natal Clássico – outra realização que vai no seu terceiro ano, com um programa cultural que teve como pontos altos as participações do Coro Juvenil e Polifónico do Eborae Música, do Coro da Universidade de Évora, Coral Évora, Grupo de Cantares de Évora, e ainda os Recitais de Ópera produzidos pela Orquestra da Universidade de Évora. Decorreu no Auditório da Academia dos Amadores de Música de Évora.
- Natal Solidário – concretizou-se com a presença de várias instituições de solidariedade social, num espaço para o efeito montado na Praça do Giraldo e que recolheu fundos e promoveu o encontro da cidade com as associações de deficientes;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Distribuição de computadores, impressoras e respectivos programas informáticos, a todas as salas de aula do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, possibilitado por financiamento conseguido através do PRODEP III .
- No autocarro denominado “Lojas dos Sonhos” está a ser desenvolvido um programa, para pôr em marcha ainda durante este ano, que irá permitir a concessão de um diploma de competências informáticas mínimas, a quem desejar frequentar acções de formação de uma ou duas horas, com o objectivo de contactar com um computador, saber abri-lo e com ele interagir num primeiro momento.
- Foram concluídas as obras de reparação e recuperação da Igreja de Guadalupe, que constitui património Municipal.
- Requalificação da Praceta do Bairro das Fontanas com um espaço lúdico adequado às crianças.
- No Bairro das Corunheiras está em curso a obra de arranjo de um espaço devoluto, fronteiro à zona de restaurantes, passando a haver lugares de estacionamento. É um investimento de 117 mil Euros.
- Através da participação na empresa “Águas Centro Alentejo” foi possível construir cerca de 25 Km. de conduta nova que quase duplica a capacidade de adução de água desde a Barragem do Monte Novo até aos depósitos do Alto de São Bento. Esta é uma obra estruturante que põe a cidade a coberto de dificuldades que se fazem sentir principalmente nos períodos do Verão. Para além desta empreitada da adutora e estação de bombagem, já concluída, foram entretanto lançados os concursos para a estação elevatória e de tratamento do Monte Novo, e ampliação da estação de tratamento de Esgotos e Águas Residuais da Mesma Barragem.
- Homenagem a Francisco Barahona – Uma iniciativa justa e reconhecida por várias entidades. Foi um benemérito de Évora onde viveu no final do séc. XIX e início do séc. XX. Agricultor, avançado para a sua época, acreditou na inovação e na modernização da Agricultura no Alentejo, tendo sido notado também pela sua dimensão humana e social que contribuiu para impulsionar entre nós, as artes e a cultura no séc. XX.
- Na área do Desporto Évora foi considerada “Autarquia amiga do Voleibol” devido à relevância que esta modalidade tem assumido no quadro do Programa Jogar. O Jogar é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

programa de iniciativa municipal, que garante a mais de 2000 crianças a prática de exercício regular ao nível do ensino básico.

- No Plano Internacional, teve particular relevância a realização em Évora, da reunião anual das Cidades Património Mundial. Esteve entre nós o Concelho de Administração desta Organização, com o seu Presidente que no momento é o Presidente da Câmara de Rodes na Grécia, e de outros membros que aqui vieram representar cidades classificados em países como a Lituânia, Espanha, Grécia, Equador, Rússia, México, Tunísia e Noruega. Esta iniciativa terá continuidade com a reunião em Évora, no próximo mês de Abril, onde estarão representadas 50 cidades do Sul da Europa e do Norte de África.” Informou o Sr. Presidente da CME.

As restantes intervenções da Câmara, constantes no relatório e apresentado aos Srs. Membros da AME, são acções de continuidade, agora iniciadas, já concluídas, ou ainda em curso, referidas pelo Sr. Presidente da Câmara como sendo também importantes.

O **Sr. Presidente da AME** declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto da Ordem de trabalhos, e cedeu a palavra ao Sr. Deputado Celino Silva que começou por agradecer ao Sr. Presidente da CME o detalhe com que o mesmo apresentou os trabalhos destes dois meses. O mesmo Sr. Deputado formulou, em seguida, uma pergunta sobre a intenção da CME de elaborar um novo Plano Estratégico para o Concelho, uma vez que disse não ter notado qualquer referência a esse trabalho nestes relatórios.

O **Sr. Deputado António Serrano** destacou uma informação relacionada com a situação financeira da CME que considerou de extrema importância. “Pela primeira vez desde há muitos anos, esta Câmara reduziu o seu endividamento para um nível abaixo do nível máximo de endividamento. Depois da situação herdada em que a capacidade de endividamento estava ultrapassada em 27%, passou-se para 20% abaixo do nível máximo de endividamento, o que representa alguma folga e abre algumas possibilidades futuras para esta Câmara. Considero isto digno de destaque e de louvor, pelo que representa para o futuro desta cidade, que sem o equilíbrio e regularização das suas finanças tinha totalmente comprometidos os próximos mandatos autárquicos, independentemente da força



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

política que venha assumir a sua condução. Penso por isso que todas as bancadas políticas, aqui representadas, se deveriam rever neste objectivo cumprido.” Disse o Sr. Deputado António Serrano, tendo continuado a referir outras informações disponibilizadas à Assembleia Municipal que considerou muito interessantes, tais como uma taxa de execução em relação a despesas cabimentadas na ordem dos 95%, entre outras.

O **Sr. Deputado João Valverde** entendeu oportuno dirigir a seguinte questão ao Sr. Presidente da CME: “Na minha qualidade de Presidente da Junta de Freguesia sou confrontado com o problema de cães abandonados, principalmente durante a época da caça. Ouvi rumores de que a Câmara estaria, eventualmente, a colaborar com a Associação Cantinho dos Animais no sentido de encontrar uma solução para este problema. Gostaria de conhecer o que está a ser feito, já que é também do interesse da Freguesia de Nossa Senhora da Tourega.” Disse o Sr. Deputado João Valverde.

O **Sr. Deputado Acácio Alferes** congratulou-se com a leitura dos dados do relatório feita pelo Sr. Deputado António Serrano. Para além disso, sublinhou aquilo que considera serem “os traços identificadores da gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal de Évora.” Apresentou-os em três grandes grupos, a saber: “Primeiro, uma atenção constantes aos estratos sociais mais débeis do nosso Concelho; segundo, preparar o futuro com bases sólidos; terceiro, garantir o melhor no presente.

Depois de se terem feito obras nas escolas do ensino básico do Concelho, como nunca se tinham feito, mesmo com o aperto financeiro, tomámos agora conhecimento que as respectivas salas estão já apetrechadas com um computador e uma impressora. Poucas coisas poderiam preparar melhor o futuro do nosso concelho do que isto, tendo em conta as necessidades colocadas pela sociedade da informação. Mas também se nota a continuação da atenção especial aos mais velhos. Foram distribuídas mais umas dezenas de cartões sociais aos idosos. Se a isto juntarmos a atenção dispensada ao problema da habitação em Évora, temos aqui três grupos que muito bem definem uma estratégia clara do PS à frente do Município.

Quanto à preparação do futuro, não encontro palavras para descrever o que pode esperar Évora e a sua Região da passagem e da paragem do TGV. Foi também aqui anunciado o trabalho desenvolvido no sentido de instalar em Évora uma unidade de produção de aeronaves, que determinará a criação de centenas de postos de trabalho qualificados. Esta é outra maneira de futuro. No que respeita a garantir o melhor no presente, fica claro - quando olhamos para o que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

surgido nesta terra, no quadro do desenvolvimento do POLIS - que tem sido feito muito mais do que seria de esperar, conhecendo o aperto financeiro. Também em quase todas as freguesias rurais, têm sido executadas pequenas e grandes obras correspondentes a velhas aspirações das populações. É o caso, entre muitas outras, da variante de S. Miguel de Machede.

Para terminar, quero lembrar que um dos outdoors da campanha do PS continha a promessa de construção de 25 Km de adutora e a estação elevatória do Monte Novo. Afinal não era só propaganda. A obra aí está! Para mim, a grande obra de Évora, e por isso dou os parabéns à CME.” Concluiu o Sr. Deputado Acácio Alferes.

O **Sr. Deputado Francisco Estevão** solicitou a palavra para referir a gratidão da população e visitantes pelas referidas obras de na Igreja de Guadalupe. Ao mesmo tempo, manifestou a sua preocupação pela interrupção, há quase três meses, de uma obra de arranjo de espaço exterior no Largo Abel Augusto, um dos equipamentos de Guadalupe. Este Sr. Presidente de Junta de Freguesia, deixou a nota de que no passado dia 12 de Janeiro deste ano, foi noticiado no Jornal Diário do Sul a conclusão da referida obra, que no seu entender “está longe de estar concluída”. Manifestou ainda a sua apreensão face a uma pequena obra de construção de uma rampa de acesso ao Centro de Dia para Idosos. “Essa obra foi iniciada pelo mesmo empreiteiro que operava no referido Largo Abel Augusto; entretanto foi levantado o estaleiro e o que ali ficou por terminar só dificulta o acesso aos idosos, tendo mesmo originado a queda de uma senhora em cadeira de rodas. Gostaria de saber quais são os planos e os tempos previstos para estas várias situações, a que se junta a obra da zona envolvente aos equipamentos colectivos do adobe, correspondente ao Largo junto à panificadora e ao restaurante.” Disse o Sr. Deputado Francisco Estevão.

O **Sr. Deputado José Russo** manifestou a sua congratulação face a uma notícia que apontava a possibilidade de Évora vir a ser capital nacional da cultura no ano de 2006, mas revelava simultaneamente preocupações pela escassez de tempo de preparação, pelo que alvitra a possibilidade de uma tal iniciativa poder ser adiada para 2007.

O **Sr. Presidente da CME** teve, em seguida, a oportunidade de responder às questões que lhe foram endereçadas: “ Em primeiro lugar gostaria de responder à questão levantada pelo Sr. Deputado Celino Silva, porque é de facto, uma questão importante. A intenção desta Câmara, inscrita no nosso primeiro Plano de Actividades deste mandato, foi dar continuidade aos trabalhos de revisão do PDM



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que já vinham a ser desenvolvidos de desde 1999 e fazer acompanhar a Revisão do PDM de três Planos subsequentes que eu penso que são essenciais a um moderno quadro de gestão que forneça um painel de control do desenvolvimento do nosso Concelho nos próximos dez anos. Para além do PDM, teríamos assim o Plano de Gestão Ambiental/ Agenda Local 21, cujo concurso está neste momento praticamente concluído; o Plano de mobilidade urbana, concertado com uma equipa do Instituto Superior Técnico, devendo ser adjudicado a curto prazo; o Plano estratégico de desenvolvimento do Concelho, tendo como horizonte o ano de dois mil e quinze, é nossa intenção entregá-lo a uma equipa que integra o grupo de revisão do PDM. Esta é uma equipa centrada nos departamento de Economia, Gestão e Sociologia da Universidade de Évora. Aproveito a oportunidade para informar esta Assembleia que, na próxima semana deveremos entregar na CCRA a terceira proposta de PDM. As anteriores duas propostas receberam parecer muito crítico da parte da Comissão Técnica de Acompanhamento, na sequência do que fizemos vários reajustamentos até na própria equipa.

Em segundo lugar gostaria de agradecer as palavras do Sr. Deputado António Serrano tendo até em conta que esta situação financeira não nos permite descansar, mas esperando agora alguma maior sensibilidade por parte do novo Governo e não facilidades.

O Sr. Deputado João Valverde chamou a atenção para um aspecto importante que é a questão dos animais abandonados. E há também o caso dos animais que tendo dono identificado, por falta de maior consciência cívica, têm reflexos na limpeza e saúde pública. A Associação Cantinho dos Animais pode e deve ser, de facto um parceiro da CME, e a isso voltaremos mais à frente na ordem de trabalhos.

Quanto às referências do Sr. Deputado Acácio Alferes, permito-me especificar que são já mais de seiscentos os catões sociais distribuídos na área do nosso município. Aliás, a CME tem sido amplamente contactada por Câmaras da nossa região, mas não só, no sentido de dar a conhecer o respectivo regulamento, de como conduziu o processo, como organiza internamente, etc.

Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Deputado Francisco Estevão, informo-o de que está previsto o lançamento da obra - fase II da zona envolvente aos equipamentos produtivos para Março, com finalização em Junho deste mesmo ano. Quanto à questão da rampa de acesso, ainda que não seja minha prática decidir assim em público, mas por ser tão simples e necessária, sugiro que possa avançar desde já com a obra e acertaremos posteriormente o pagamento da mesma.

Quanto às preocupações do Sr. Deputado José Russo devo esclarecer que este é um processo já com alguma história mas que continuo a acompanhar com determinação. É minha intenção, assim que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

conhecer o próximo Ministro da Cultura, solicitar uma entrevista para reafirmar essa determinação em levar a cabo a capital nacional da cultura em Évora em 2006. Para isso, é de facto necessário começar a preparar a programação, mas contamos com um conjunto de infra-estruturas disponíveis que nos permitem acolher esta iniciativa com a dignidade que merece. Estamos preparados para assumir 2006 capital nacional da cultura. De qualquer forma, num quadro de colaboração com o futuro Ministro da Cultura, se por acaso nos for garantido que o evento pode acontecer em Évora em 2007, para nós será melhor, seguindo até esta sugestão que o Sr. Deputado José Russo acaba de deixar, com a legitimidade que todos lhe reconhecemos nesta matéria.” Concluiu o Sr. Presidente da CME.

O **Sr. Presidente da AME** deu assim por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, passando à introdução do próximo.

PONTO TRÊS – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME RELATIVA AO PROJECTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 264/2002, DE 25 DE NOVEMBRO E NO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO;

O **Sr. Presidente da AME** passou, de novo, a palavra ao Sr. Presidente da CME para apresentação deste ponto: “Trata-se apenas de substituir uma deliberação que por lapso faz referência a uma data posterior , tornando incompreensível a leitura do artigo. Não é posterior, mas sim anterior à data referida. O que propomos é tão simples como corrigir este lapso”. Disse o Sr. Presidente da CME. Não se tendo verificado inscrições para a discussão, passou-se de imediato à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade.



**PONTO QUATRO – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA C.M.E.
REFERENTE AO CONTRATO-PROMESSA A
CELEBRAR COM A AUTO-INDUSTRIAL, S. A.;**

O **Sr. Presidente da CME** incumbido da apresentação deste ponto, entendeu dever passar a palavra ao Sr. Vereador Miguel Lima, responsável por este pelouro na CME : “Trata-se de um contrato - promessa a celebrar com esta empresa, relativo a um terreno situado junto à antiga Escola das Doroteias, entre a Avenida Túlio Espanca e a Estrada das Álcaçovas, muito próximo da Rotunda do Raimundo. Por vicissitudes de um alvará caducado de há longo tempo a Câmara tornou-se proprietária de uma parte desse terreno. Assim a única forma de o promover do ponto de vista urbanístico é formar uma parceria entre os proprietários, neste caso a CME e actualmente a Auto-Industrial, S.A. O que aqui trazemos é um acordo a celebrar com esta empresa no sentido de reunir as duas parcelas de terreno para se puder fazer a urbanização, já que até pela sua localização para nós é importante que se resolva. ” Disse o Sr. Vereador Miguel Lima.

O **Sr. Deputado Celino Silva** solicitou a palavra para iniciar a discussão deste ponto: “Tenho muitas dúvidas que me obrigam a colocar várias perguntas. Em primeiro lugar, pergunto se estamos perante um negócio urbanístico, ou perante um negócio jurídico? Isto porque compreendo a situação na origem, já não compreendo as críticas feitas à actuação da Câmara que me parece ter sido bem clara, e que constam na acta da reunião da CME que aprovou este ponto. Face a isto, pergunto se esta proposta não deveria estar acompanhada de um desenho urbano para o local, já que assim se perceberia melhor o que está em causa, e que destino se pretende dar a este terreno.

Entretanto, no contrato-promessa está referido que o mesmo se concretiza após a aprovação do Plano Director que se prevê para Maio de 2005. Estamos perante uma contractualização do Plano o que a Câmara não pode fazer, já que não está aprovado nem ractificado. Do meu ponto de vista, a CME está assim a cometer uma ilegalidade que estranho bastante.

Por outro lado, o protocolo não salvaguarda uma questão importante que é o aspecto financeiro já que se fixam valores sem ser possível saber, com certeza, a data da aprovação do Plano. Se estamos perante a vontade de resolver o assunto com celeridade porque é que o proprietário não urbaniza, em acordo com a Câmara, à luz do Plano de Urbanização aprovado em 2000? Pode surgir-nos mesmo a pergunta, se não estará este proprietário com expectativas de vir a ficar beneficiado com esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

solução, estando a Câmara nesse caso a colaborar com ele?” Questionou o Sr, Deputado Celino Silva.

Segui-se a intervenção do **Sr. Deputado José Luís Cardoso**: “Em primeiro lugar quero esclarecer o Sr. Deputado Celino que não existem contratos - promessa urbanísticos. O que existem são contractos- promessa de compra e venda. Este é manifestamente um contracto - promessa feito sob condição. Isto é, se o Plano Director Municipal, uma vez aprovado, não permitir urbanização neste local, este contracto cai sem quaisquer encargos para a Câmara Municipal. Está muito claro no texto, pelo que não vejo qualquer ilegalidade.

Em segundo lugar, quanto à fixação dos preços, já não posso opinar se é ou não um preço justo. Já não me parece que o proprietário pudesse fazer ali uma urbanização, já que dispõe apenas de uma parte do terreno.” Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

A palavra foi devolvida ao **Sr. Vereador Miguel Lima** para resposta: “Penso que o Sr. Deputado José Luís Cardoso já adiantou boa parte da resposta. É que se a Câmara é proprietária de metade do terreno, o outro proprietário não pode urbanizar sem um acordo. Isto é ou existe acordo entre estas duas partes, ou a solução seria vender a terceiros. O que aqui trazemos é um acordo para viabilizar o estudo e a requalificação urbana daquele espaço. O nosso objectivo é que este deixe de ser um terreno abandonado, num local central como é o caso. A única maneira de fazer isto é promover esta acção conjunta. Quanto à questão da contractualização do Plano, esse questão foi levantada na reunião pública de Câmara e foi esclarecida pelo Gabinete Jurídico da CME. O que aqui fizemos foi dar um prazo previsível para a concretização desta acção.

Quanto à questão das criticas que constam na acta da reunião de Câmara, tema ver como a minha incompreensão enquanto Vereador do Pelouro é que sendo este terreno da CME desde 1985, como é que em 1997 se aprovou um alvará de loteamento sem acautelar esta situação. De facto, esse loteamento só não se pode concretizar porque se encontrava registada na Conservatória a posse de metade do terreno.” Disse o Sr. Vereador Miguel Lima.

O **Sr. Presidente da CME** solicitou a palavra para acrescentar: “Este assunto foi agendado duas vezes na OT. da Câmara. Da primeira vez foi retirado antes ainda de ser discutido, porque a mim próprio se colocavam algumas destas questões. Pedimos por isso, ao Gabinete Jurídico uma avaliação que nos garantiu que do ponto de vista jurídico e processual, o que aqui está, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

transparente e não susceptível de pôr em causa. A tomada de decisão foi assim baseada nesta garantia.” Concluiu o Sr. Presidente da CME.

Retomou a palavra o **Sr. Deputado Celino Silva** para argumentar: “O facto é que nós, membros da Assembleia, não recebemos nenhum parecer jurídico. Em mim continuam a subsistir dúvidas sobre a questão da contractualização do Plano; porque continua a parecer-me, que é de facto, perante isso que estamos.” Disse o Sr. Deputado Celino Silva.

O **Sr. Presidente da CME** voltou também a usar da palavra sobre o mesmo assunto: “ Quanto à questão da contractualização do Plano, não é o caso, mas se o fosse também não seria ilegal. O que aqui está é um contracto- promessa condicionado pela aprovação do Plano. A eficácia deste contracto depende dessa aprovação. Se não houver aprovação ficamos como dantes. Se houver aprovação a Câmara recebe em alternativa, ou quatro apartamentos T3, ou recebe cem mil contos. É muito claro e liso. Visa-se aqui apenas o arranjo urbanístico daquela zona.” Disse o Sr. Presidente da CME.

O **Sr. Presidente da AME** recordou que é um direito que assiste a todos os deputados municipais, solicitar à CME quaisquer documentos, sejam pareceres jurídicos ou outros. Solicitou ainda que não se eternizasse esta discussão uma vez que estavam clarificadas as várias posições.

O Sr. Celino Silva voltou, no entanto, a solicitar o uso da palavra: “Neste caso concreto peço à Mesa para pedir à CME o parecer jurídico que me é importante conhecer. Por outro lado, volto a sublinhar que estão aqui fixados preços, e contrapartidas à CME, independentemente do que se vai fazer no local, o que para mim é inadmissível. São pois dois atropelos pelo que me disponho a votar contra, e requero um parecer jurídico”. Concluiu o Sr. Deputado Celino Silva.

O **Sr. Presidente da AME** lembrou que os requerimentos devem ser formulados por escrito para precisar o que se requer, e que a Mesa se disporá a dar a devida sequência. Uma vez esgotada a discussão, colocou o Sr. Presidente à votação este ponto, que foi aprovado, por dezanove votos a favor da bancada do PS, oito votos contra da bancada da CDU, e quatro abstenções, sendo uma das quais da bancada do PSD e três da CDU.



PONTO CINCO – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME RESPEITANTE À CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA ASSOCIAÇÃO “CANTINHO DOS ANIMAIS”;

O **Sr. Presidente da CME** apresentou assim, este ponto da Ordem do Dia: “ O Cantinho dos Animais está alojado algures, à direita na estrada que leva para a Azaruja, de facto sem condições nem sanitárias, nem de qualquer outro tipo. Por isso, o apoio da CME não pode viabilizar quaisquer obras, já que se trata de uma situação clandestina e ilegal. Tem sido muito difícil sustentar aquela situação até agora, apesar da vontade de ajudar o Cantinho dos Animais. Temos ajudado quer com subsídios, quer com compra de rações para os animais, quer mesmo com alguns serviços veterinários. Todas as entidades contactadas pela Associação Cantinho dos Animais, que se fazia acompanhar de uma carta de recomendação da CME, foram sucessivamente rejeitando a possibilidade de alojamento.

A Câmara fez um esforço no sentido de averiguar se entre os seus terrenos encontraria alguma solução adequada. Em visita ao antigo aterro municipal, na herdade da Barbarala, encontramos uma zona onde está a antiga casa do guarda, rodeada de cerca de um hectare e meio, que se ajustava às necessidades do Cantinho dos Animais. Os serviços da CME, depois de consultados, delimitaram uma zona, que nos propomos ceder ao Cantinho dos Animais, em direito de superfície, permitido assim que possam candidatar-se a eventuais fundos comunitários para construção de instalações minimamente dignas. O que vos trazemos é, assim, uma proposta de concessão deste terreno municipal, por direito de superfície, pelo período de dez anos, renovável automaticamente por interesse das partes, caso não surja, entretanto melhor solução.” Disse o Sr. Presidente da CME.

Na ausência de inscrições para o uso da palavra, o **Sr. Presidente da AME** pôs à votação este ponto que foi aprovado por unanimidade.

PONTO SEIS – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME PARA SUBSTITUIÇÃO DO RELATÓRIO DA SOCIEDADE ROC



QUE INTEGROU A ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA HABÉVORA, E. M.;

O **Sr. Presidente da CME** retomou a palavra para explicar: “ Este é um acto puramente administrativo. Relaciona-se com uma matéria tecnicamente exigente, na qual reconheço a minha insuficiência, pelo que solicito a autorização da Assembleia para que o Sr. Dr. José Gabriel Calixto, administrador executivo da Habévora, e técnico reputado neste assunto, vos possa dar boa informação daquilo que está em causa. Estendo, de resto, este pedido aos próximos dois pontos da Ordem do Dia por se tratar de matéria da mesma natureza.” Disse o Sr. Presidente da CME.

O Sr. Presidente da AME passou então a palavra ao **Sr. Dr. Calixto**: “Passo a detalhar o conteúdo deste ponto que é uma proposta de substituição do relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que no fundo faz parte da escritura de constituição da Habévora-EM. A necessidade desta decisão tem a ver com dois factos fundamentais: O primeiro, relaciona-se com o registo do capital social da sociedade, já que o primeiro relatório não distinguia os fogos que eram passados para a Habévora a título da realização em espécie do capital social, dos outros fogos, que foi decidido pela Câmara e pela Assembleia Municipal, serem passados a título de suprimentos da Câmara à Sociedade. Pediu-se ao Revisor Oficial de Contas para fazer essa separação que irá na sequência de possível aprovação da Assembleia Municipal permitir o registo do capital e a constituição dos suprimentos.

Por outro lado, aproveitou-se esta oportunidade para reparar outras pequenas lacunas, como o caso de dois fogos que não constavam do primeiro relatório por falta de registo na matriz, e deveriam constar; ou ainda o caso de outros três fogos que constavam desse primeiro relatório, indevidamente, uma vez que existiam compromissos anteriores da CME que os tinha cedido a outros títulos.

O Primeiro relatório avaliava os fogos em dezanove milhões setecentos e três mil trinta e três euros e três cêntimos, enquanto o segundo relatório passa a avaliar este património em dezanove milhões setecentos e dezoito mil oitocentos e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos. Em termos de conteúdo não há qualquer significado, já em termos formais a aprovação deste relatório permite-nos ultrapassar as dificuldades que temos na constituição da Sociedade.” Disse o Dr. José Calixto.

Não se tendo verificado interesse em discutir este ponto, passou-se à votação que o aprovou por unanimidade.



PONTO SETE – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME PARA TRANSFERÊNCIA PARA A HABÉVORA, E. M. DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO E DO PATRIMÓNIO OBJECTO DO PROGRAMA PER;

Retomou a palavra o **Dr. José Gabriel Calixto** : “Propõe-se aqui transferir para a Habévora da administração e gestão do património que na sequência de decisões anteriores nos foi confiado. Está em processo a constituição da Sociedade e o registo do capital social e dos suprimentos; mas a sociedade iniciou a sua actividade no dia 5 de Agosto, e desde essa data até à presente, tem feito reabilitação de fogos, tem cobrado rendas, tem realojado pessoas, na sua actividade normal, à luz dos estatutos aprovados. Para que tudo isto fique formalmente correcto, solicita-se à Assembleia Municipal que aprove que estes fogos, apesar de formalmente não estarem registados em nome da Habévora, sejam como estão a ser na prática, por ela geridos.” Disse o Sr. Administrador Calixto.

Na ausência de inscrições para esta discussão, seguiu-se a votação do ponto que foi aprovado por unanimidade.

PONTO OITO – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME PARA TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA A HABÉVORA, E. M. A TÍTULO DE SUPRIMENTOS;

Voltou a tomar a palavra o Sr. Administrador da Habévora, E.M., **Dr. Calixto**: “A Hábevora recebeu da CME o valor das rendas dos meses de Junho e Julho, meses esses em que o património já tinha transitado do IGAPE para a CME e ainda não estava constituída esta empresa municipal. A deliberação que agora se propõe vai apenas clarificar o montante total, efectivamente cobrado, já que numa primeira decisão, tomada em 28 de Julho, apenas se levou em consideração o valor cobrado na conta bancária e não incluía o valor cobrado na tesouraria da CME. Agora juntam-se as duas verbas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

já que o espírito da decisão era transferir a totalidade dos dois meses de rendas.” Disse o Sr. Dr. Calixto.

Sem discussão, passou-se à votação tendo sido esta deliberação aprovada por unanimidade.

PONTO NOVE – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME RELATIVA A EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO EM 2005;

Teve a palavra o **Sr. Presidente da CME** para apresentação desta proposta: “Trata-se do pedido de autorização formal para que a CME possa, como acto de gestão e de equilíbrio de tesouraria, proceder a operações de curto prazo, caso tenha necessidade disso. Aproveito para lembrar que durante os três anos e um mês que levamos de mandato, apenas uma vez recorremos a empréstimo de curto prazo, tendo o mesmo sido pago antes de expirar o prazo para que tinha sido requisitado.” Disse o Sr. Presidente da CME.

Na ausência de pedidos de intervenção, seguiu-se a votação que aprovou esta deliberação por unanimidade.

PONTO DEZ – EXPLICITAÇÃO POR PARTE DA CME, DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 20.12.2003 SOBRE O IMI (IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS).

Retomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da CME** para explicar: “Esta é uma explicitação que nos é exigida pela Direcção Geral de Contribuição e Impostos e que se fica a dever à entrada em vigor do novo código de imposto municipal sobre imóveis, que como é sabido, aconteceu a 1 de Dezembro de 2004. A Assembleia Municipal tinha deliberado durante o mês de Outubro os índices de 0.8% para os prédios urbanos, e de 0.5 % para os prédios urbanos já avaliados nos termos do código a entrar em vigor a 1 de Dezembro 2004. Essa deliberação foi comunicado à DGCI até 30 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Novembro de 2004. Agora é solicitada a deliberação da AM explicitando que a decisão tomada visava de facto o ano de 2004. Resta-nos agir em conformidade.” Disse o Sr. Presidente da CME. Sem intervenções sobre o assunto, seguiu-se a votação desta deliberação que foi aprovada por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O Plenário aprovou em minuta e por unanimidade os pontos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da Ordem de Trabalhos da presente acta, nos termos do n.º 3 do art.º 92 da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Posta à consideração do público a oportunidade para o uso da palavra por parte dos cidadãos presentes, não se manifestaram interessados, pelo que o Sr. Presidente deu por terminada a sessão. Desta sessão, e para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada na sessão de 17/09/05 por 20 votos a favor e 8 abstenções)